

Formulário de Resposta aos recursos – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DIREITO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 31 TIPO 2: 47 TIPO 3: 41	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira proposição encontra-se correta ao classificar o crédito público, quanto à origem, em interno e externo. A distinção apresentada está em consonância com a doutrina de Finanças Públicas, ao reconhecer que o crédito interno decorre de operações realizadas no território nacional, por meio da emissão de títulos adquiridos pelo mercado doméstico ou de empréstimos junto a instituições nacionais, enquanto o crédito externo envolve a captação de recursos no mercado internacional, junto a organismos multilaterais, governos estrangeiros ou investidores externos.</p> <p>A segunda proposição também está correta ao tratar da forma de obtenção do crédito público. A diferenciação entre emissão de títulos da dívida e operações de crédito reflete corretamente a classificação adotada na legislação e na literatura especializada, sendo a emissão de títulos a principal modalidade utilizada pelo Estado, ao lado das operações contratuais de crédito, como empréstimos e financiamentos que não envolvem títulos negociáveis.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Por outro lado, a terceira proposição está incorreta, pois apresenta inversão conceitual quanto à finalidade do crédito público. Na teoria das finanças públicas, o crédito de caráter substitutivo é aquele utilizado para cobertura de déficits orçamentários e despesas correntes, enquanto o crédito não substitutivo destina-se a investimentos que ampliam a capacidade produtiva do Estado e podem gerar retorno econômico futuro, como obras de infraestrutura e projetos estruturantes. Ao atribuir tais características de forma invertida, a proposição incorre em erro conceitual, não podendo ser considerada correta.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 32 TIPO 2: 31 TIPO 3: 44</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira sentença é verdadeira. O orçamento público possui natureza jurídica predominantemente formal, sendo aprovado sob a forma de lei, mas sem conteúdo material normativo típico. Ele não cria direitos subjetivos nem obrigações permanentes, configurando-se como autorização para a arrecadação de receitas e a realização de despesas, conforme entendimento consolidado na doutrina de Direito Financeiro e na jurisprudência do STF.</p> <p>A segunda sentença também é verdadeira. Os princípios orçamentários orientam a elaboração e a execução do orçamento, assegurando</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>racionalidade, transparência e controle. O princípio da unidade, corretamente descrito, estabelece que todas as receitas e despesas do ente devem constar em um único orçamento, possibilitando uma visão global da ação governamental.</p> <p>A terceira sentença é verdadeira. A lei orçamentária distingue-se das leis ordinárias por seu caráter político-administrativo, sua vigência anual e pela ausência de normatividade autônoma, estando vinculada ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que corresponde à estrutura constitucional do sistema orçamentário brasileiro.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 33 TIPO 2: 48 TIPO 3: 37</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A caracterização correta da empresa pública é aquela que a define como entidade integrante da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, capital integralmente público e liberdade quanto à forma jurídica, podendo assumir qualquer das formas admitidas em direito, como sociedade limitada ou sociedade anônima. Essas entidades podem tanto explorar atividade econômica quanto prestar serviços públicos, sempre mediante autorização legal específica, nos termos do art. 37, XIX, da Constituição Federal e da Lei nº 13.303/2016. As demais descrições não se ajustam ao conceito</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>jurídico de empresa pública: a menção a capital apenas majoritariamente público, organização obrigatória como sociedade anônima e participação privada deliberativa corresponde às sociedades de economia mista; a exigência de capital híbrido e atuação exclusiva em serviços públicos não encontra respaldo constitucional ou legal; a obrigatoriedade de capital aberto com negociação em bolsa não é requisito para empresas estatais; e a atribuição de personalidade jurídica de direito público com regime estatutário é própria das autarquias, não das empresas públicas.</p> <p>Dessa forma, a alternativa correta é a que descreve a empresa pública como entidade de direito privado, com capital exclusivamente público e forma jurídica livre, destinada à exploração de atividade econômica ou à prestação de serviços públicos.</p> <p>Essa questão está diretamente relacionada ao edital porque cobra conteúdo jurídico-administrativo nuclear, expressamente inserido nos eixos clássicos de Administração Pública, Direito Administrativo e Organização do Estado, que integram, de forma recorrente e padronizada, os programas de concursos para a área pública.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 34 TIPO 2: 42	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 3: 36	<p>assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A classificação por natureza da despesa, conforme a Lei nº 4.320/1964 e os Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), tem como objetivo identificar o que é gasto, com que finalidade econômica e qual o objeto do dispêndio, distinguindo despesas correntes e de capital.</p> <p>No caso descrito na questão, a classificação correta é aquela que: diferencia despesas correntes e de capital; detalha o objeto do gasto (manutenção, equipamentos, serviços, etc.); permite avaliar impacto fiscal e aderência à LRF.</p> <p>Isso ocorre quando a despesa é estruturada em: categoria econômica; grupo de natureza da despesa; modalidade de aplicação; elemento de despesa.</p> <p>Portanto, a descrição tecnicamente correta é:</p> <p>“Estrutura-se em categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação e elemento de despesa, descrevendo o objeto do gasto e se ele é corrente ou de capital.”</p> <p>Essa questão está diretamente relacionada ao edital porque cobra um conteúdo nuclear, clássico e expressamente previsto nos programas de Administração Pública, Orçamento Público, Contabilidade Pública e Gestão Fiscal, que são eixos recorrentes em editais de área administrativa, fazendária, controle, gestão</p>		
------------	---	--	--

	<p>pública e saúde.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 40</p> <p>TIPO 2: 49</p> <p>TIPO 3: 31</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A assertiva correta é aquela que reconhece que a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é restrita a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, em regular funcionamento há, no mínimo, três anos, que não distribuam excedentes operacionais, dividendos ou quaisquer vantagens a dirigentes, associados ou terceiros, e que atendam rigorosamente aos requisitos estatutários de governança, transparência, prestação de contas e destinação do patrimônio, conforme previsto nos arts. 1º a 4º da Lei nº 9.790/1999.</p> <p>A legislação é clara ao estabelecer que a qualificação como OSCIP constitui ato vinculado da Administração Pública, não se tratando de escolha discricionária do Ministério da Justiça, desde que todos os requisitos legais sejam comprovadamente atendidos. Ademais, a norma não exige prazo superior a três anos de funcionamento, não impõe gratuidade absoluta dos serviços prestados, nem veda a remuneração de dirigentes que atuem na gestão executiva, desde que observados critérios de razoabilidade e compatibilidade com o mercado.</p> <p>Também não podem ser qualificadas como OSCIP entidades expressamente excluídas pela lei, como organizações religiosas, partidos políticos,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>sindicatos, cooperativas e fundações públicas, ainda que desempenhem atividades de interesse social. Assim, somente a alternativa que descreve, de forma objetiva e alinhada ao texto legal, os requisitos cumulativos relativos à natureza jurídica, ao prazo mínimo de funcionamento, à vedação de distribuição de resultados e às exigências estatutárias previstas na Lei nº 9.790/1999 encontra respaldo jurídico adequado, devendo ser considerada correta.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 44 TIPO 2: 36 TIPO 3: 47</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira sentença está incorreta porque as agências reguladoras são autarquias sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, mas seus servidores são estatutários, e não majoritariamente celetistas, além de não exercerem “regulação profissional” de forma genérica, mas regulação de setores econômicos específicos.</p> <p>A segunda sentença também é incorreta porque as autarquias não foram criadas pela Reforma Gerencial dos anos 1990. Elas existem no ordenamento brasileiro desde antes desse período. Ademais, mandato fixo de dirigentes e autonomia decisória reforçada são características próprias das agências reguladoras, não das autarquias em geral.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A terceira sentença está correta, pois as fundações públicas podem assumir natureza jurídica de direito público ou privado, conforme a lei instituidora, e atuam tipicamente em áreas sociais, científicas, culturais, educacionais e de pesquisa, compondo um modelo híbrido da Administração Indireta.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 48 TIPO 2: 44 TIPO 3: 34</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Constituição Federal, no art. 150, VI, “a”, consagra a imunidade tributária recíproca, cujo objetivo é preservar o pacto federativo e evitar que um ente federado utilize o poder de tributar para interferir na autonomia financeira de outro. Essa imunidade alcança exclusivamente impostos e incide sobre patrimônio, renda e serviços vinculados às finalidades essenciais dos entes federados.</p> <p>Todavia, a própria Constituição excepciona essa proteção quando o ente federado explora atividade econômica em sentido estrito, submetida ao regime de concorrência, hipótese em que não se justifica o privilégio fiscal, sob pena de violação à livre concorrência e à isonomia tributária. Nesses casos, admite-se a tributação normalmente, como ocorre, por exemplo, com empresas estatais que atuam no mercado em igualdade de condições com o setor privado.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <p>A anterioridade não se aplica aos impostos extraordinários de guerra, que são expressamente excepcionados pela Constituição.</p> <p>A legalidade tributária não permite aumento real de tributo por decreto, sendo vedada majoração indireta da carga tributária sem lei.</p> <p>A vedação ao confisco não se limita aos impostos, alcançando também taxas e contribuições, sempre que o valor exigido se mostrar desproporcional.</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias não possui competência para criar ou majorar tributos, matéria reservada à lei em sentido estrito, nos termos do princípio da legalidade tributária.</p> <p>Portanto, a assertiva correta é a que trata da imunidade recíproca com a exceção constitucional referente à exploração de atividade econômica concorrencial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 50</p> <p>TIPO 2: 33</p> <p>TIPO 3: 39</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Konrad Hesse sustenta que a Constituição não é apenas um texto normativo abstrato nem um simples reflexo das forças políticas, mas possui força normativa própria, que se concretiza na interação dinâmica entre o dever-ser jurídico e a realidade social. Para o autor, a efetividade constitucional depende da disposição dos poderes públicos e da sociedade em conformar a realidade aos comandos constitucionais, ao mesmo tempo</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>em que reconhece os limites impostos pelo contexto histórico, social e político. Essa visão supera tanto o normativismo puro quanto o sociologismo extremo, afirmando que a Constituição se realiza quando há correspondência prática entre norma e ação estatal.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas pelos seguintes motivos:</p> <p>A interpretação atribuída a Ferdinand Lassalle está equivocada, pois ele compreendia a Constituição como a expressão dos fatores reais de poder, e não como uma norma jurídica suprema dotada de força vinculante autônoma. A formulação referente a Carl Schmitt é imprecisa, já que o autor distinguia Constituição em sentido material, ligada à decisão política fundamental, das leis constitucionais em sentido formal, não incluindo normas secundárias e transitórias no núcleo constitucional.</p> <p>A Constituição Federal de 1988 não é semirrígida, mas rígida, exigindo procedimento legislativo mais complexo para alteração de suas normas, independentemente de tratarem ou não de cláusulas pétreas.</p> <p>Por fim, houve inversão conceitual quanto aos elementos constitucionais, pois os elementos orgânicos tratam da estrutura do Estado e da organização dos poderes, enquanto os elementos limitativos dizem respeito aos direitos e garantias fundamentais.</p> <p>Assim, a alternativa correta é aquela que expressa adequadamente a concepção de força normativa</p>		
--	---	--	--

	<p>da Constituição segundo Konrad Hesse, em consonância com a doutrina constitucional contemporânea.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	--	--	--